



SOCIOLOGIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: reflexões de uma discente da 1ª turma do PROFSOCIO UNESP Marília

Ana Beatriz Maia Neves¹

Resumo

O presente trabalho é um recorte da minha dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em Sociologia em Rede Nacional. Neste texto exponho algumas reflexões desenvolvidas como discente da primeira turma do PROFSOCIO UNESP Marília, ressaltando a importância de tal programa para a formação continuada de professoras de Sociologia e sua contribuição para o desenvolvimento de atuais e futuras pesquisas voltadas à Sociologia do Ensino de Sociologia na educação básica. Para o desenvolvimento destas reflexões, lanço mão de discussões acerca da relação entre juventude e escola e identidade juvenil.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Sociologia do Ensino de Sociologia; PROFSOCIO.

¹ Mestra em Sociologia em Rede Nacional pelo PROFSOCIO UNESP Marília. Professora na SEEDUC RJ. E-mail: maianeves@yahoo.com.br.

Sociology of Sociology Teaching in Basic Education: Reflections of a student of the 1st class of PROFSOCIO UNESP Marília

Abstract

The present work² is an example of my dissertation presented to obtain the title of Master in Sociology in National Network. In this text I present some reflections developed as a student of the first class of PROFSOCIO UNESP Marília, emphasizing the importance of this program for the continued training of sociology teachers and its contribution to the development of current and future research focused on sociology of sociology teaching in basic education. For the development of these reflections, I make use of discussions about the relationship and youth and school and youth identity.

Keywords: Sociology Teaching; Sociology of Sociology Teaching; PROFSOCIO.

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes, no *Simpósio de Problemas Educacionais* realizado no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em setembro do ano de 1959, afirmou que o problema central colocado às cientistas sociais que atuam no campo da educação incide em encontrar meios para ajustar a capacidade de intervenção aos recursos fornecidos pelo conhecimento científico e aos requisitos ou às exigências da vida moderna. Dessa forma, para o autor, o grande dilema da educação brasileira é que ela está atrelada a um modelo educacional colonial e que seria necessário romper com esse sistema servil para haver avanço na área. Sendo assim, o autor defende a introdução da ciência numa perspectiva educacional: desde a escola deve-se aprender a fazer ciência. Em outro trabalho, Florestan Fernandes (1954) assegurou que a cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado às suas descobertas; dessa forma, sobre a presença da Sociologia na educação básica, afirma:

² Este trabalho emprega o feminino para referir-se a pessoas de diferentes gêneros.

[...] o ensino da sociologia no curso secundário representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal, por excelência, para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna (FERNANDES, 1954, p. 89).

Diz ainda que o objetivo do ensino da Sociologia deve ser,

[...] antes de tudo, munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social; mas também, complementarmente, o de sugerir-lhes pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas para construir a sua atividade na vida social (FERNANDES, 1954, p. 91).

A delimitação do que seja a finalidade da Sociologia na educação básica apresentada por Florestan Fernandes inspira e é referência para autoras contemporâneas que atuam na área, inclusive eu mesma. Em minha monografia³ apresentada ao fim do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação básica, modalidade Ensino de Sociologia – CESPEB UFRJ - apresentei uma análise de como foi/foram criada(s) a(s) identidade(s) da disciplina a partir da percepção de professoras que atuavam na rede estadual do Rio de Janeiro. Na ocasião, propus uma tipologia com cinco perfis de professoras de Sociologia: 1) professora descomprometida; 2) professora revolucionária; 3) professora erudita; 4) professora cidadania; 5) professora desnaturalizador/a.

Ao contrastar estes tipos ideais com as falas de professoras e professores entrevistadas (os) constatei que alguns *tipos* confirmam-se na realidade observada, outros não, mas, na maioria das vezes, se fundem apresentando características de todos e/ou quase todos (NEVES, 2015, p. 89).

Vale ressaltar que o quinto perfil, ou seja, a professora desnaturalizadora, é o que mais se aproxima da minha prática docente e o que entendo ser o objetivo do ensino da Sociologia na Educação básica, pois acredito que as discussões, teorias, metodologias e recursos didáticos propostos pela disciplina fornecem às

³ A monografia foi apresentada para obtenção do título de especialista do Curso de Especialização em Saberes e Práticas na Educação básica – CESPEB UFRJ, modalidade Ensino de Sociologia, que depois ganhou versão publicada em capítulo de livro (HANDFAS; MAÇAIRA; FRAGA, 2015).

estudantes do Ensino Médio ferramentas que lhes possibilitem uma compreensão crítica da realidade na qual estão inseridas.

O principal objetivo da professora desnaturalizadora seria levar a estudante a estranhar e problematizar o senso comum. Ao ser constituída dessa forma, a “Sociologia escolar” (BODART, 2019, p. 11) apresenta-se como uma ciência capaz de despertar e/ou estimular na estudante de ensino médio a “imaginação sociológica” (MILLS, 1969, p. 22), ou seja, a possibilidade de obter uma perspectiva compreensiva do mundo em que vive, ampliando o seu horizonte intelectual. Dessa maneira, a disciplina contribui para que estudantes consigam perceber o espaço escolar como um espaço da ciência e, assim, sejam capazes de questionar as explicações tradicionais e dogmáticas do mundo, tidas como absolutas e inquestionáveis, assim como de amortecer os efeitos sedativos do discurso midiático sobre a realidade social. Nas palavras de Wright Mills, a “imaginação sociológica é uma qualidade que parece prometer mais dramaticamente um entendimento das realidades íntimas de nós mesmos, em ligação com realidades sociais amplas” (MILLS, 1969, p. 22).

Cabe ressaltar que o despertar e/ou o desenvolvimento da imaginação sociológica contempla o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 1996 quanto ao objetivo do ensino médio, explícito em seu artigo 35, que é justamente:

[...] o aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado (BRASIL, 1996).

Dessa forma, partilho da posição de Sarandy (2007) quando afirma que “todos estes elementos são necessários para a formação de uma pessoa, de um cidadão e de um profissional, seja em que área for, consciente de sua posição, potencialidades e capacidade de ação” (SARANDY, 2007, p. 163).

Já para o profissional da Sociologia, a obrigatoriedade do ensino da disciplina representa uma grande conquista no que diz respeito à abertura de mercado de trabalho e de legitimidade frente a outras disciplinas escolares. Contudo, o futuro próximo que se desenha para o Brasil, para a educação e para o ensino de Sociologia são rascunhos mal traçados de tempos passados, pois, decorridos mais de dez anos desde a aprovação da Lei Nº. 11.684 de 2008, que tornava obrigatório o seu ensino (e também o de Filosofia) nas três séries do Ensino Médio, a efetivação, a legitimação e a permanência da disciplina estão longe de ser uma realidade, haja vista a recente aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que discutiremos adiante.

1 **UMA BREVE CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIOLOGIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Antes de discorrer sobre as reformas mais recentes, dentre as quais se destaca a Reforma do Ensino Médio, há de se fazer uma breve cronologia dos marcos que as antecederam. O levantamento a seguir foi preparado por estudantes da terceira série do Ensino Médio do Colégio Pedro II e publicado na Revista *Perspectiva Sociológica*,⁴ do Departamento de Sociologia do mesmo colégio:

- 1998: Grande debate e aprovação das diretrizes do EM de acordo com a nova legislação da LDB de 1996;
- 2002: Seminário Nacional sobre reforma do ensino médio;
- 2007: FUNDEB com a promessa de garantir a universalização do EM;
- 2007: MEC lança o Plano de Ações Articuladas;
- 2009: Novo ENEM;
- 2010: Ensino Médio Inovador;
- 2010: CONSED cria o Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino Médio;
- 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aprovadas pelo CNE;

⁴ Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 81-96

- 2013: Projeto de Lei (PL6840/2013);
- 2014: Plano Nacional da Educação (PNE). Meta 3.1: “Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados...”.

Entrando em vigor em 2017, apenas um ano após a conclusão dos debates a respeito da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a Reforma do Ensino Médio se baseia no Projeto de Lei de Conversão 34/2016, oriundo da Medida Provisória (MP) 746/2016, de 22 de setembro de 2016, de autoria do presidente Michel Temer, que assumiu a presidência da República após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Ou seja, a MP da Reforma do Ensino Médio foi assinada menos de um mês após o afastamento da presidenta eleita. Tal reforma apresenta-se como um conjunto de diretrizes com vistas à alteração da atual estrutura do Ensino Médio. Sancionada em fevereiro de 2017, a MP foi criada em setembro do ano anterior com a Medida Provisória Nº. 746, alterando a Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Por ter sido apresentada como medida provisória, a reforma surge com força de lei. Um primeiro problema aqui se apresenta, pois tal medida não foi discutida pela sociedade. Os principais pontos da Reforma ou “Novo Ensino Médio”, como foi chamado pelo Governo Federal, são: 1) Aumento da carga horária; 2) Flexibilização do currículo, que leva as/os estudantes a terem que direcionar seus estudos a partir de “itinerários normativos” de cinco diferentes áreas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e a Formação Técnica e Profissional); 3) Ênfase na preparação para o mercado de trabalho; 4) No currículo, mantém-se apenas Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias, deixando todas as outras como “estudos e práticas”, sendo sua oferta

definida pela BNCC; 5) No caso do itinerário de formação profissional, abre-se a possibilidade para que profissionais com “notório saber” ministrem os conteúdos.

Já a BNCC do Ensino Médio foi enviada para análise do Conselho Nacional de Educação – CNE e, na sequência, submetida à discussão em audiências públicas *on line* num único dia (02/08/2018), chamado pelo governo de Michel Temer de “Dia D”. Sancionado em agosto de 2018, o documento ratifica que somente as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa seriam obrigatórias nas três séries do Ensino Médio e que as demais apareceriam de forma “interdisciplinar”, organizadas por “competências” e “habilidades” e divididas em três áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens e suas tecnologias. Diferente do que era previsto, o documento não detalha o que deverá ser ensinado nos itinerários formativos antevistos na reforma do Ensino Médio. Além da falta de ampla e aprofundada discussão, tanto da Reforma do Ensino Médio quanto da BNCC, há outras questões que merecem reflexão:

Para Celso Ferretti, pesquisador aposentado da Fundação Carlos Chagas e ex-professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a organização por competências e a ênfase em Português e Matemática apontam claramente o direcionamento pautado pelos interesses do setor empresarial para a educação: uma formação voltada para as necessidades do mercado de trabalho. Para Ferretti, a implementação da BNCC deve significar um empobrecimento da educação ofertada aos estudantes do ensino médio⁵.

Todavia, a despeito da conjuntura desfavorável para os rumos da educação brasileira, de maneira geral, e para o ensino de Sociologia, de maneira específica, no início de 2018 houve a concretização do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO e a formação das primeiras turmas, distribuídas em oito das nove instituições associadas⁶.

⁵ Citado em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/tag/base-nacional-curricular-comum>. Acessado em 28 de janeiro de 2019.

⁶ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); Universidade Estadual de Londrina (UEL); *Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – campus Marília; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus Campina Grande; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus Sumé; Universidade Federal do

2 O MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL E O SUBCAMPO ENSINO DE SOCIOLOGIA

O Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) tem como objetivo criar um espaço de formação continuada para professoras de Sociologia que atuam na educação básica e àquelas pessoas que desejem atuar nesta área, inseridas em uma rede nacional de produção de metodologias de ensino e de pesquisa acerca de Ciências Sociais e Educação.

O PROFSOCIO é um mestrado profissional oferecido gratuitamente, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Consiste em um curso presencial, com oferta simultânea nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), fornecendo às concluintes o título de Mestra em Sociologia.

A área de concentração do programa “Ensino de Sociologia” destaca a necessidade da compreensão da realidade social e educacional brasileira a partir das ferramentas teóricas, metodológicas e didáticas relacionadas com as três áreas que compõem as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Dessa forma, o programa propõe o desenvolvimento de pesquisas sobre e para a docência da disciplina no Ensino Médio, uma reflexão detalhada acerca das atrizes sociais envolvidas neste campo, além de questões específicas relacionadas às estudantes da educação básica. Nota-se um esforço das coordenações locais do programa em investir na produção acadêmica por parte das discentes do curso, na construção de materiais didáticos e em propostas pedagógicas por quem está na ponta no processo, ou seja, professoras que

Ceará (UFC); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). *Não ofertou turmas para 2018.

lecionam Sociologia na educação básica. Pode-se supor que a sistematização dessa produção e sua conseqüente socialização venham a contribuir para o fortalecimento do subcampo “Sociologia Escolar”.

1.1 **Caminhos percorridos – relato de uma discente do PROFSOCIO**

UNESP Marília

“É esse!”. Foi a primeira coisa que passou pela minha cabeça quando li, em meados de janeiro de 2018, o edital de seleção para a formação da primeira turma do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO. Ao tomar conhecimento da área de concentração do curso, vislumbrei a possibilidade de unir meu antigo desejo - e necessidade - de pesquisar de maneira mais aprofundada questões relativas ao ensino de Sociologia na educação básica à minha prática profissional. Sentia a necessidade de fazer as duas discussões concomitantemente e com enfoque na prática docente, como é o caso dos programas de mestrado profissional.

A solenidade de abertura da 1ª turma do PROFSOCIO UNESP Marília contou com a presença e a palavra da Prof^ª. Dra. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, coordenadora do polo; do Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega, diretor da Unidade; e do Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Faculdade de Filosofia e Ciências. Na ocasião, foi ministrada a palestra “ProfSocio e a Formação de Professores: compromisso político e acadêmico”, ministrada pela Professora Sueli. No dia seguinte, tivemos o nosso primeiro de muitos sábados de aula.

No primeiro semestre de 2018, as manhãs de sábado eram reservadas à disciplina Metodologia de Pesquisa, ministrada pela Prof^ª. Maria Valéria Barbosa, que nos propôs discutir o processo de organização da pesquisa, bem como de nossos respectivos projetos e suas etapas de elaboração. Muitas vezes submetemos os nossos objetos à discussão coletiva, o que foi enriquecedor, afinal,

a maioria de nós era composta por professoras e professores que já atuam na educação básica e que, por isso, têm muitas reflexões em comum e outras tantas experiências específicas. A Prof^a. Valéria também contribuiu ao nos fazer debruçar sobre a elaboração de nossos respectivos projetos de dissertação, de intervenção didática ou de materiais didáticos ou instrucionais. Foi nessa disciplina que, pela primeira vez, ouvi falar sobre as epistemologias do sul⁷ como possibilidade de análise teórica e científica a partir de grupos históricos, social e culturalmente dominados.

Já em Teorias e práticas do teatro e a sala de aula: recursos e possibilidades, ministrada pela Prof^a. Ana Paula Cordeiro, fomos apresentadas à concepção de arte teatral por meio de jogos teatrais, inspirados no Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, além de exercícios de movimento e de processo lúdico. As tardes de sábado se revelaram uma valiosa experiência teórica, como também de expressão corporal, que me fizeram compreender o teatro como importante recurso pedagógico voltado a uma formação que extrapola a fragmentação do conhecimento e que fornece condições para o trabalho de temas relevantes da Sociologia. Por meio da indissociabilidade entre teorias, das quais nos aproximamos de Ernest Ficher (FICHER, 1971), que propunha a discussão da arte como conhecimento, elaborei em conjunto com a colega de turma Danielle Marreira Dantas e da professora da rede municipal do Rio de Janeiro, Patricia G. Oliveira Rodrigues, um trabalho de análise do filme Como faz para lavar, de Charles Pereira e Hiago de Freitas, aliando-o à discussão sobre o direito à identidade racial e o combate ao racismo⁸. Tal texto foi submetido à seleção de

⁷“A expressão *Epistemologias do Sul* é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. Colonialismo, que imprimiu uma dinâmica histórica de dominação política e cultural submetendo à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. Afirmação, afinal, de uma única ontologia, de uma epistemologia, de uma ética, de um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal”. Fonte: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100012. Acesso em 20 out. 2019.

⁸ 6º ENSOC - Encontro Estadual de Ensino de Sociologia - Formação em direitos humanos e cidadania com recorte étnico-racial por meio do filme Como Faz Para Lavar (sinteseeventos.com.br) – Acesso em 23 nov. 2020.

trabalhos e, depois de aprovado, foi apresentado no 6º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia - ENSOC, realizado pelo Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes - LABES em setembro de 2018, na UFRJ.

Para fechar o primeiro semestre de aulas, em julho de 2018, tivemos a experiência de passar quatro dias inteiros imersas na UNESP Marília para termos acesso à disciplina Teoria das Ciências Sociais I, ministrada pelo Prof. Fabio Ocada. A disciplina procurou apresentar conexões entre indivíduo e sociedade sob diferentes modelos analíticos da Sociologia contemporânea, os processos de socialização e a gênese do sujeito social de acordo com diferentes abordagens teóricas, além de apresentar perspectivas, indicadores e múltiplas formas de (re)produção de desigualdades sociais. Neste sentido, discutimos autores clássicos como Karl Marx e Max Weber, além de Wright Mills, Walter Benjamin, Pierre Bourdieu e representantes do pensamento social brasileiro, como Florestan Fernandes, Otavio Ianni, José de Souza Martins, dentre outros. Mesmo com uma dinâmica pesada de discussão teórica e reflexões acerca da realidade política, econômica e educacional do Brasil, a disciplina contribuiu significativamente para a construção do meu arcabouço teórico.

O segundo semestre de 2018 obedeceu a uma dinâmica similar ao período anterior. Tivemos contato com duas disciplinas aos sábados, alternando entre Metodologia de Ensino e Teoria das Ciências Sociais II, além da disciplina Sociologia da Educação, concentrada em quatro dias do mês de dezembro.

Em Metodologia de Ensino, a Prof^ª. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça tinha por objetivo nos subsidiar teoricamente em nossas respectivas práticas docentes, tanto na dimensão sociológica quanto na pedagógica. Sendo assim, começamos por discutir a trajetória e os desafios da Sociologia, fazendo um retrospecto histórico da disciplina na educação básica, levando-se em consideração as diferentes concepções e disputas. Tivemos acesso também às discussões sobre currículo e materiais didáticos, além dos documentos que normatizam a educação brasileira, como as Orientações Curriculares Nacionais – OCNs, a Base Nacional

Comum Curricular – BNCC e o Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Por fim, fizemos uma interessante discussão sobre aprender a ensinar Sociologia e as diferentes tendências pedagógicas e práticas educativas. Como produto das discussões, a professora Sueli nos propôs dois trabalhos que demandaram tempo para leitura, reflexão e sistematização. Apesar de ter ficado contrariada com a demanda que, a princípio, julgava exagerada, a realização dos trabalhos - que consistiam na análise de livros didáticos e na elaboração de uma sequência didática que muito contribuiu para minha formação e reflexão sobre a prática docente. Cabe ressaltar que o trabalho no qual analisamos a abordagem da temática “gênero e direitos das mulheres” em dois livros aprovados pelo PNLD Sociologia, escrito em parceria com a colega Juliana Miranda Zasciurinski, foi enviado, aprovado e apresentado no Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica - ENESEB, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em julho de 2019⁹. Já sobre o segundo trabalho, aproveitei parte dele para escrever um artigo que foi aprovado e publicado na Revista Perspectiva Sociológica do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, sob o título Os sambas-enredo da Mangueira e da Vila Isabel 2019 como recurso pedagógico nas aulas de Sociologia do ensino médio¹⁰. Outra versão deste mesmo trabalho foi apresentada no I Seminário Ciências Sociais e Educação, realizado em maio, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ.

Ambos os trabalhos também contêm reflexões que fiz a partir da leitura dos textos indicados pelo Prof. Marcelo Totti na disciplina Sociologia da Educação. A partir da leitura de parte das obras de Florestan Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Nadir Zago, Michael Apple, José Clovis Azevedo, além da análise sobre O Manifesto dos Pioneiros da Educação, a disciplina propôs o estudo da educação como objeto de pesquisa da Sociologia nas teorias clássicas e contemporâneas.

⁹ Anais ainda não disponíveis.

¹⁰ Os sambas-enredo da mangueira e da vila isabel 2019 como recurso pedagógico nas aulas de Sociologia do ensino médio - Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia (cp2.g12.br). Acesso em 23 nov. 2020.

Pretendeu, ainda, garantir o desenvolvimento de instrumentos teórico-metodológicos para que professoras compreendessem o espaço da sala de aula e as dinâmicas das escolas e para propiciar a atualização dos debates a respeito dos temas emergentes nas pesquisas sobre escola e sistemas de ensino.

O mesmo aconteceu com as leituras e reflexões sobre cultura, identidade e juventude sob a perspectiva dos estudos culturais, que teve como maior referência o sociólogo jamaicano Stuart Hall, além de outras referências da Antropologia, atividades realizadas por meio da disciplina Teoria das Ciências Sociais II. A disciplina teve por objetivo nos fornecer elementos para a inclusão de conteúdos e pontos de vista antropológicos nas aulas de Sociologia no Ensino Médio. Tanto a Prof^ª. Lidia Possas, quanto o Prof. Daniel Lopes nos proporcionaram importante debate sobre aquelas e tantas outras questões bastante pertinentes, como a perspectiva decolonial¹¹ da análise do conceito de gênero, que acabei por adotar em minha dissertação.

Em Teoria das Ciências Sociais III, ministrada pelo Prof. Jefferson Rodrigues Barbosa, em julho de 2019, nos dedicamos aos estudos voltados à compreensão da dimensão dos fenômenos políticos na sociedade brasileira contemporânea, com ênfase na dialética dos conflitos entre Estado e sociedade, nas práticas políticas em sua dimensão histórica e nas ações organizadas no âmbito da sociedade civil, no sentido da ampliação e transformação no campo da democracia e da conquista de direitos de cidadania.

Cabe ressaltar, por fim, as contribuições da disciplina Cinema, audiovisual, práticas e projetos, ministrada pela Professora Eliany Salvatierra Machado, do Programa de Pós-Graduação em Cinema – PPGCine do Instituto de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. A proposta da disciplina é

¹¹ O termo decolonial deriva de uma perspectiva teórica em que algumas autoras defendem a possibilidade de suscitar reflexões e paradigmas a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista. No bojo dessa perspectiva, surge a tentativa de construção de um projeto teórico voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social.

analisar o papel do cinema na educação e levantar questões como: o que pode o cinema fazer pela educação? O cinema tem um papel no processo educativo? A proposta é, a partir das teorias já sistematizadas pelo campo do cinema, refletir sobre qual cinema estamos propondo para a educação. Com relação ao campo da educação, o objetivo é identificar, nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, quais são as orientações para as escolas no que diz respeito à organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas, observando as indicações com relação ao ensino de Arte, as quais pretendi articular com o Ensino de Sociologia. A disciplina analisou, também, projetos que atuam no campo emergente denominado Cinema e Educação¹² e pretendeu identificar seus pressupostos, objetivos e procedimentos.

Vale ainda mencionar o meu ingresso, em abril de 2019, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID UFRJ, na modalidade Professora Supervisora. Em alguns meses de atividade, participei de reuniões semanais com as estagiárias e com a coordenação do programa. Participei também do Seminário de Abertura realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS UFRJ, em abril, e da 10ª Semana de Integração Acadêmica – SIAC UFRJ, em outubro de 2019, na qual foram apresentados trabalhos (no formato *e-posters*) pelas *pidibianas*, sob minha orientação e supervisão.

Por fim, cabe citar minha participação nas oficinas e nas reuniões preparatórias para a I Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro, promovida pela unidade regional do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS - e na própria Olimpíada, ocasião em que orientei uma equipe de oito estudantes do C.E. Antonio Prado Junior, que obteve a segunda colocação num total de 26 escolas participantes. Tanto a menção ao PIBID

¹² Um exemplo da relevância desta discussão é a Lei Nº. 13.006, de 26 de junho de 2014, que acrescenta o § 8 ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o qual estabelece que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular obrigatório complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2014).

Sociologia UFRJ quanto a realização da Olimpíada devem-se à relevância dessas atividades para o campo no qual estamos todas inseridas.

1.2 **Ensino de Sociologia: um campo de estudo?**

Handfas e Maçaira (2014) oferecem elementos importantes para a compreensão do “Estado da Arte” da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. Segundo as autoras, essa produção cresceu a partir do momento em que se intensificaram os debates sobre o retorno da disciplina aos currículos escolares, no início da década de 2000. Além disso, as autoras questionam a própria condição do ensino de Sociologia na educação básica como objeto de estudo e sugerem que sejam desenvolvidas pesquisas que identifiquei como sendo uma proposta de incentivo à realização de estudos voltados à “Sociologia do Ensino de Sociologia na educação básica”. Tais pesquisas contribuiriam nas reflexões sobre aprender a ensinar Sociologia na educação básica.

Bodart e Cigales (2017) buscaram atualizar o “Estado da Arte” sobre o Ensino de Sociologia na Pós-graduação brasileira ao realizarem um levantamento no “Banco de Teses Capes” e em “repositórios” e “base de teses e dissertações” de diversas Instituições Superiores de Ensino, através das palavras-chave “Ensino de Sociologia”, “Sociologia no Ensino” e “Sociologia na Escola”. Segundo os autores, dentre os resultados obtidos, destacam que houve crescimento ininterrupto de dissertações e teses sobre a temática após o ano de 2008 e que tais produções ainda permanecem centralizadas nas Regiões Sul e Sudeste. Outro dado fornecido pelo levantamento é de que houve ampliação de trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, o que equilibra a produção da temática, antes com hegemonia nos Programas de Pós-graduação em Educação. Por fim, destacam que temáticas como formação de professores e livro didático, começam a surgir nos trabalhos mais recentes.

Acredito que no corrente ano, quando completou-se o ciclo da primeira turma do PROFSOCIO, seja necessário fazer novo levantamento. Fui testemunha da diversidade de temas, propostas de intervenção e abordagens teóricas durante o Seminário Nacional ProfSocio, realizado totalmente on line nos dias 4 e 5 de novembro de 2020, no qual participei como ouvinte e como autora de trabalho. O evento¹³ teve como objetivo fomentar um espaço para o compartilhamento das produções discentes do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Em sua primeira edição, contou com Grupos de Trabalho onde foram apresentadas diversas pesquisas desenvolvidas ao longo de seus dois anos de existência.

Sobre os pressupostos metodológicos para o ensino de Sociologia na educação básica, as Orientações Curriculares Nacionais – OCN (Brasil, 2006) apontam que:

[...] pode-se verificar que pelo menos três tipos de recortes são reiterados nas propostas construídas para o ensino de Sociologia no nível médio e encontráveis nos parâmetros curriculares oficiais, nos livros didáticos e mesmo nas escolas. São eles: *conceitos, temas e teorias* (BRASIL, 2006, p. 117).

[...] o recurso aos temas visa a articular conceitos, teorias e realidade em que se vive. A ideia de *recorte* aqui não significa “colcha de retalhos” nem fragmentos, mas uma perspectiva de abordagem: há *costura e composição*, viabilizadas pela intervenção do professor com o auxílio das teorias e dos conceitos (BRASIL, 2006, p. 121).

De acordo com o mesmo documento, a vantagem de adotar a abordagem por temas é evitar que estudantes vejam a disciplina como algo que lhes é alheio, abstrato, árido, ou apenas como mais uma disciplina no currículo, sem compreender, de fato, sua função. Já a desvantagem, segundo o documento, é a imposição à professora de uma grande capacidade analítica e um amplo conhecimento da realidade, para não se correr o risco de cair na banalização em um senso comum melhorado. “Não se pode reduzir essa abordagem a coletar informações em jornais e revistas sobre esta ou aquela temática, pois é necessário

¹³ I Seminário Nacional ProfSocio (even3.com.br) – Acesso em: 23 nov. 2020.

fundamentar o debate em bases teóricas e construir um discurso sobre os temas com bases conceituais rigorosas” (BRASIL, 2006, p. 121).

Dessa forma, analisar sociologicamente o ensino de Sociologia na educação básica torna-se cada mais relevante, inclusive pela onda de aprovação, em diversas casas legislativas municipais, estaduais e no Congresso Nacional, de projetos ligados ao Programa Escola Sem Partido – PESP, que esquentaram a disputa histórica do espaço escolar como um campo político-ideológico. Percebe-se que tais projetos emergem como demonstração de força dos setores conservadores da sociedade no atual momento histórico, apresentando-se nos seguintes termos:

[...] é um conjunto de medidas previstas num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos¹⁴.

Visando tal objetivo, o programa - fruto de um movimento político que age contra a educação, pois vê a escola, contraditoriamente, como espaço de educação moral, pervertendo o sentido desta instituição - define uma série de diretrizes sobre o papel da professora em sala de aula. Entre as muitas questões problemáticas contidas nos projetos ligados ao PESP está a suposição de que estudantes da educação básica são desprovidas de capacidade de reflexão e discernimento sobre a realidade social e, por isso, seriam alvo facilmente manipulável por docentes “esquerdistas”. Entretanto, a passividade juvenil pressuposta pelo PESP foi explícita e amplamente contestada nas entrevistas realizadas durante a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude/DDEEJ, coletivo de pesquisa¹⁵ ao qual estive vinculada durante os anos de 2014 a 2016. Tal grupo desenvolvia pesquisa-ação¹⁶, num colégio da rede pública estadual, situado na zona norte da

¹⁴ <https://www.programaescolasempartido.org/faq> . Acesso em: 1 set. 2018.

¹⁵ Coordenado pela professora Miriam Leite, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa *Infância, Juventude e Educação*.

¹⁶ Etapa empírica do projeto *Diferença e desigualdade na educação escolar do jovem mais jovem: desconstruções*, denominada *O grêmio e outros espaços-tempos de diálogo político na escola: possibilidades contemporâneas*, e desenvolvida com apoio financeiro da FAPERJ (Edital 36/2014 – Melhoria das Escolas

cidade do Rio de Janeiro, acompanhando estudantes e a comunidade escolar na reestruturação do grêmio estudantil, até então desativado. Tinha-se o intuito de investigar a formação e a participação política da juventude no âmbito da escola. Contudo, no decorrer da pesquisa, o grupo se deparou com o movimento de ocupação de escolas no Rio de Janeiro e decidiu-se incluir o movimento como objeto de nossa análise. Dessa forma, visitamos colégios ocupados espalhados por diferentes regiões do Grande Rio para conversar com as/os ocupantes. Os trechos das entrevistas a seguir, citados no artigo de Leite, Neves e Santos (2018), membros do referido coletivo de pesquisa, confrontam aquela suposição do Programa Escola Sem Partido:

Acho que isso é até uma ofensa para os alunos, porque você querer dizer que não pode falar de um certo assunto em um colégio é você querer dizer que o aluno não tem a capacidade de pensar sozinho... Tipo... O professor tá ali só para me dar uma base... Pô, cara! Você não tem a capacidade de pensar sozinho? [...] A gente tá vivendo uma ocupação! Eu tenho a capacidade de desenvolver projetos, posições políticas, mesmo sendo novo, entendeu? (Estudante, 16 anos; Niterói *apud* LEITE; NEVES; SANTOS, 2018, p. 293).

Na verdade, essa lei não é pra proteger aluno de... de ser doutrinado não. É pra proteger o aluno de ser consciente. Quer alienar mesmo. Querem eliminar todas as formas que a gente teria pra abrir a nossa mente, pra conhecer algo novo. (Estudante, 18 anos; zona norte, Rio de Janeiro *apud* LEITE; NEVES; SANTOS, 2018, p. 296).

Os relatos dessas estudantes que participaram do movimento de ocupação de escolas no Rio de Janeiro, em 2016, mostram que muitas tomam a identidade juvenil como uma forma de resistência. Neste sentido, a reflexão proposta por Castells (1999) é apropriada ao afirmar que a “identidade de resistência” é criada por atores sociais que se encontram em desvantagens e estigmatizados pela lógica de dominação, criando barreiras para a sua sobrevivência com base em princípios diferentes que norteiam as instituições sociais. Neste sentido,

Públicas). Ambos os projetos foram submetidos e aprovados pela CONEP-Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, e os participantes nos colégios pesquisados e/ou seus responsáveis, quando foi o caso, concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que apresentamos, também aprovado pela CONEP (parecer n. 624.354, de 10/4/2014 e n. 993.195, de 19/3/2015, respectivamente).

entendemos que estudantes usam a identidade juvenil como elemento de luta contra a opressão e a hostilidade que a escola e, no caso, o movimento do PESP, querem impor.

Dessa forma, Leite, Neves e Santos (2018), afirmam que, para além dos fragmentos reproduzidos acima, o conjunto das falas registradas nas entrevistas é conclusivo: “o Programa Escola Sem Partido é mesmo ‘uma ofensa para os alunos’, que, quando não se encontram limitados pelas estruturas escolares tradicionais, são capazes até mesmo de reinventar a própria escola” (LEITE; NEVES; SANTOS, 2018, p. 295). Tal constatação se aproxima das conclusões a que chega Dayrell (2007). O autor parte da reflexão sobre a condição juvenil atual, sua cultura, as demandas das jovens e suas próprias necessidades para discutir as relações entre juventude e escola. Dayrell busca problematizar o lugar que a escola ocupa na socialização da juventude contemporânea, em especial das jovens das camadas populares. Afirma ele:

[...] a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem apenas à escola, como as análises lineares tendem a conceber. Tenho como hipótese que as tensões e os desafios existentes na relação atual da juventude com a escola são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços (DAYRELL, 2007, p. 1106).

Dayrell procura compreender as “práticas e símbolos da juventude como a manifestação de um novo modo de ser jovem, expressão das mutações ocorridas nos processos de socialização, que coloca em questão o sistema educativo, suas ofertas e as posturas pedagógicas que lhes informam” (DAYRELL, 2007, p. 1107). Assim, Dayrell, da mesma forma que Leite, Neves e Santos, propõe uma mudança do eixo da reflexão, “passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca” (DAYRELL, 2007, p. 1107). O autor nos leva a questionar em que medida a escola “faz” a juventude, uma vez que é imprescindível levar em

consideração os conflitos e as contradições experimentadas pelas pessoas jovens, ao se constituir como estudante num dia a dia escolar que não leva em conta a sua condição juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que as pesquisas voltadas para uma Sociologia do Ensino de Sociologia na educação básica possuem importante papel, uma vez que para a ciência e a disciplina escolar, a crítica pode ser compreendida não apenas como o atributo de um método, teoria ou “escola” de pensamento, mas sim como uma questão de postura.

Dessa forma cabe ressaltar que minha atuação como docente que leciona Sociologia na educação básica e, também, como pesquisadora na área de Ensino de Sociologia leva em conta a atual conjuntura de disputa político-ideológica no Brasil e, por isso, posiciono-me de maneira diametralmente oposta à onda reacionária e conservadora que assola o país. Coloco-me cada vez mais academicamente e politicamente engajada na defesa do ensino público, que atende, majoritariamente, estudantes oriundas de camadas populares que sofrem diariamente as consequências de uma sociedade dividida em classes sociais, com resquícios patriarcais e machistas, que relegam aos pobres, de maneira geral, e às mulheres, de maneira mais contundente, papéis de subalternidade, expondo-as a situações de violência, tanto simbólica (BOURDIEU, 1998), quanto física.

Este fazer científico “engajado” e preocupado em resistir às políticas de um Estado reacionário e autoritário que se instaurou recentemente no Brasil se alinha ao que Cunha e Totti mostraram quando analisaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Novo*, afinal, tal documento propunha um método científico que se distanciava da “tradição intelectual especulativa, ensaística, genérica e abstrata, selando o início de uma nova era nas relações entre o discurso oriundo das ciências sociais e o trabalho pedagógico” e sugerindo que as

práticas educativas escolares fossem desenvolvidas por mediação do conhecimento objetivo da realidade social, no interior de um “quadro analítico construído por novos recursos científicos”. (CUNHA; TOTTI, 2004, p. 258).

Por fim, vale lembrar que a BNCC, com a conseqüente reforma do Ensino Médio, embora prevista desde a aprovação da LDB, em 1996, foi imposta por um governo sem legitimidade eleitoral, produto de um “golpe” levado a cabo por setores tradicionais da política, ligados ao empresariado. Neste contexto, a defesa do ensino da Sociologia na educação básica se apresenta como uma ferramenta de enfrentamento às atuais políticas educacionais que, ao meu ver, fazem parte do projeto de “Estado mínimo”, que torna serviços públicos em máquinas de lucros para grandes empresas e, neste sentido, o PROFSOCIO, como um programa de pós-graduação em rede nacional, pode ser considerado como um aliado importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, Cristiano das Neves (Org.). *O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez., 2017. Disponível em: www.periodicos.ufc.br. Acesso em: novembro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. São Paulo: Vozes, 1998. p.39-64.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96*, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares Nacionais: ensino médio*. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília, 2006.

CASTELLS, M. *A construção da identidade*. In: *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Marcus Vinícius da; TOTTI, Marcelo Augusto. *Do “Manifesto dos Pioneiros” à “Sociologia Educacional”*: ciência social e democracia na educação brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultura provocada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, jul/ set. 1959.

FERNANDES, Florestan. O Ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954. São Paulo: *Anais da SBS*, 1955.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre ensino de sociologia na educação básica. *BIB*, São Paulo, nº 74, jul/2014.

LEITE, Miriam Soares; NEVES, Ana Beatriz Maia; SANTOS, Luiz Guilherme Oliveira. O movimento de ocupação de escolas, o Projeto de Lei Escola Sem Partido e o ensino de sociologia: desconstruções. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). *Saberes e práticas do ensino de sociologia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NEVES, Ana Beatriz Maia. *Sociologia no ensino médio: com que “roupa” ela vai?*. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no ensino médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de Sociologia no ensino médio*. Ijuí: E. Unijuí, 2007.

Recebido em: 14 out. 2020.

Aceito em: 07 dez. 2020.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

NEVES, Ana Beatriz Maia. Sociologia do Ensino de Sociologia na Educação Básica: reflexões de uma discente da 1ª turma do PROFSOCIO UNESP Marília - *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. *CABECS*, v.4, n. 2, p.58-79, 2020.